Ministério Público do Tribunal de Família e de Menores de Lisboa, cessando o destacamento.

(Aceitação: dois dias.)
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Novembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

Despacho (extracto) n.º 24 041/2006

Por despacho do subdirector-geral de 7 de Novembro de 2006, por delegação da directora-geral (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Foi a Maria Cristina Gomes Ferreira, secretária de justiça do Tribunal da Comarca de Ílhavo, autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Sever do Vouga.
Foi a Jorge Augusto Ferreira da Silva, secretário de justiça do Tribunal da Comarca de Sever do Vouga, autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Ílhavo.

(Aceitação: dois dias.)
(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Novembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Aviso n.º 12 574/2006

Anulação de procedimento concursal para o provimento de lugar de director de serviços da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Através do aviso n.º 8376/2006 (2.ª série), foi aberto procedimento concursal para o provimento do lugar de director de serviços de administração e gestão (DSAG). Tendo em consideração que a implementação do PRACE deu origem, entretanto, à aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Justiça, da qual resultará a reestruturação dos serviços e organismos do Ministério até ao final de 2006, já não se justifica a prossecução do referido procedimento.

Nestes termos, determino a anulação do procedimento concursal publicado pelo aviso acima referido.

9 de Novembro de 2006. — A Inspectora-Geral, *Ana Guerra Martins.*

Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

Despacho (extracto) n.º 24 042/2006

Por despacho de 26 de Setembro de 2006, ao abrigo do disposto no artigo 73.º-A e do n.º 1 do artigo 78.º, ambos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, autorizei a passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração à técnica profissional principal do quadro de pessoal deste Instituto, afecto à função pública, Virgínia Maria Machado Ferreira, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Novembro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Mário Paulino.*

Serviços Sociais

Despacho (extracto) n.º 24 043/2006

Por meu despacho de 3 de Novembro de 2006, no uso de delegação de competências concedida por deliberação do conselho de direcção, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 119, de 22 de Junho de 2006, César Miguel Ferreira Baptista, técnico profissional de 1.ª classe do quadro do pessoal dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça, foi reclassificado, nos termos da alínea *e*) do artigo 4.º, conjugada com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira/categoria de técnico de 2.ª classe do mesmo quadro, na seguinte situação jurídico/funcional:

Actual		Após reclassificação	
Carreira/categoria	Escalão/índice	Carreira/ categoria	Escalão/índice
Ténico profissional de 1.ª classe	1/222	Técnico de 2.ª classe	1/295

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho, nos termos da alínea *a*) do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Novembro de 2006. — O Vogal do Conselho de Direcção, por delegação de competências, *João Carlos Ouro Sardinha.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 24 044/2006

Pretende a VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, S. A., sociedade concessionária do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Norte Alentejano, constituída pelo Decreto-Lei n.º 11/2006, de 23 de Janeiro, obter o reconhecimento de interesse público para três células do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira.

As duas pretensões localizam-se uma a sul da célula de ampliação do aterro sanitário e a outra a sul do mesmo aterro; na primeira (na Herdade de Giz e Picão) pretende-se instalar uma unidade de valorização orgânica, necessitando-se também da segunda (na Herdade das Marrãs) para a passagem de condutas de transporte de águas lixiviantes e para uma futura expansão do Centro.

Este projecto tem como objectivo dotar os municípios abrangidos pelo sistema multimunicipal do Norte Alentejano com as infra-estruturas e meios necessários para implementar um processo de valorização dos resíduos urbanos biodegradáveis, de forma a criar-se um destino alternativo, viável e adequado à deposição destes resíduos no aterro sanitário deste sistema, ou naqueles aterros que eventualmente lhe venham a suceder quando as suas capacidades esgotarem.

A terceira célula corresponde à antiga lixeira intermunicipal de Avis, Fronteira e Alter do Chão que, por lapso, não foi correctamente cartografada no PDM aquando da sua elaboração, aproveitando-se agora a oportunidade para o reconhecimento de interesse público da mesma área. Note-se que este terreno foi também adquirido pela VALNOR, estando aí implantadas algumas estruturas de apoio ao aterro sanitário, como a portaria, balança, depósito de gasóleo, estação de triagem de produtos recicláveis e escritórios.

As três parcelas referidas encontram-se em terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/98, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 178, de 4 de Agosto de 1998.

Considerando:

O relevante interesse desta vertente de valorização orgânica, designadamente através da construção de uma instalação de compostagem de 10 000 t/ano de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), dando cumprimento ao estipulado na estratégia nacional para a redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados aos aterros;

O acordo da CCDR Alentejo nas medidas de minimização a adoptar pelo promotor que evitem qualquer risco ou minimizem eventuais impactes ambientais:

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea *c*) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, é reconhecido o interesse público das três parcelas do Centro Integrado de Valorização e Tratamento de

Resíduos Sólidos de Avis/Fronteira, na freguesia de Figueira e Barros, concelho de Avis.

31 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Secretaria-Geral

Despacho n.º 24 045/2006

Ao abrigo do disposto nos n.os 2, 4 e 5 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego nos chefes de secção da Secretaria-Geral Maria Isabel Oliveira Mata, Maria Odete Figueiredo de Almeida e Mário Geraldes Saraiva e na técnica superior principal Maria Manuela Pires Sousa Pacheco Pulido Garcia, a exercer funções na Secção de Orçamento e Contabilidade, a competência para assinar correspondência e outro expediente necessário à mera instrução dos processos que corram nas respectivas unidades orgânicas.

Delego ainda na chefe de secção de Pessoal Maria Isabel Oliveira Mata as competências para:

a) Assinar as certidões ou declarações relativas a documentação reservada, arquivada no serviço;

b) Assinar o expediente relativo a descontos dos regimes da função pública, da segurança social e outros;

c) Praticar todos os actos relativos à aposentação dos funcionários e agentes, por mim autorizados, salvo no caso da aposentação compulsiva;

d) Assegurar os pedidos de verificação domiciliária da doença e de apresentação a junta médica.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

6 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins Fernandes.*

Despacho n.º 24 046/2006

Ao abrigo do disposto nos n.os 2, 4 e 5 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Delego na directora de serviços de Administração, Paula Cristina Teixeira Gonçalves, na chefe de divisão de Recursos Humanos, Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, na chefe de divisão de Planeamento e Gestão, Maria Manuela Ferreira de Oliveira, e na chefe de divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação, Maria da Conceição Rosado Fonseca, a competência para assinar correspondência ou outro expediente necessário à mera instrução dos processos que corram nas respectivas unidades orgânicas.

2 — Delego, ainda, na directora de serviços de Administração, Paula Cristina Teixeira Gonçalves, as competências para:

a) Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas e com locação de bens e serviços, até ao limite de € 4987,97, relativamente ao orçamento da Secretaria-Geral;

b) Autorizar as minutas dos contratos relativos à aquisição de bens e serviços até aos montantes delegados;

c) Exercer as competências referidas nas alíneas *a*), *b*) e *c*) referidas no número anterior, na ausência dos dirigentes e chefias dos serviços afectos à Direcção de Serviços.

3 — Delego ainda na chefe de divisão de Recursos Humanos, Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, as competências para:

a) Assegurar os aspectos de natureza processual posteriores à decisão de abertura de concursos de pessoal que não constituem competência do respectivo júri;

b) Autorizar a restituição de documentos aos candidatos a concurso que desistam do provimento ou não o tenham obtido no prazo de validade do mesmo.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

6 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes.*

Rectificação n.º 1771/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 22 236/2006, no *Diário da República,* 2.ª série, de 2 de Novembro de 2006, rectifica-se que, no n.º 2, onde se lê «conforme o diâmetro da conduta seja inferior ou superior a 500 m» deve ler-se «conforme o diâmetro da conduta seja inferior ou superior a 500 mm».

10 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes.*

Rectificação n.º 1772/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 21 857/2006, no *Diário da República,* 2.ª série, de 27 de Outubro de 2006, rectifica-se que, no 5.º parágrafo, onde se lê «Instituto Português do Património Arqueológico» deve ler-se «Instituto Português de Arqueologia».

10 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes.*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 12 575/2006

Por despacho de 30 de Outubro de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no uso de delegação de competências conferida pelo despacho PRE n.º 20 946/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 191, de 4 de Outubro de 2005, foi António André Pinto Matoso Pereira, técnico superior principal do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Alentejo, nomeado assessor principal, com produção de efeitos a 20 de Julho de 2001, de acordo com o n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 de Novembro de 2006. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso.*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 24 047/2006

Por despacho de 23 de Outubro de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com o preceituado na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, foi Maria Ivone Rodrigues Gonçalves, técnica superior principal do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada definitivamente na categoria de assessora, escalão 1, índice 610, do mesmo quadro, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia.)

6 de Novembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho.*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho (extracto) n.º 24 048/2006

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 24 de Outubro de 2006, foi subdelegada no Dr. Nuno Augusto de Castro Azevedo Soares de Almeida, técnico superior de 1.ª classe do quadro privativo da ex-CCRN, a competência para a assinatura da correspondência e do expediente necessários à mera instrução dos processos relativos ao subprograma n.º 1, «Galiza — Norte de Portugal», do PIC INTERREG III-A, ao abrigo da delegação de competências efectuada pelo despacho n.º 22 328/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 206, de 26 de Outubro de 2005 [alínea *c*) do n.º 4.3].

Aquele despacho produz efeitos a partir da data da publicação, considerando-se, no entanto, ratificados todos os actos anteriormente praticados pelo subdelegatário no âmbito das competências subdelegadas.

10 de Novembro de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas.*